



ATA 01/2022

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e cinquenta minutos, realizou-se no Cine Teatro da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Valter José Lameiro Soares e Maria Celeste Ferreira Cardador. -----

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores Aníbal Mota Freire, José Alexandre Serra Sales, Pedro Miguel Pinto Marques, Carolina Maria Pires da Silva, João Nunes Vieira, Carla Alexandra Nascimento Marques Abegão, Ricardo António Mafra Germano Esgaio - eleitos pelo Partido Socialista; Tânia Gandaio da Silva, António Absalão Ova dos Santos, Maria Helena Rodrigues Vaz, Edmundo José Couto Barbosa, Susana Dinis Gonçalo, Nuno Filipe Figueiredo dos Santos, Rúben José Codinha Chalabardo - eleitos pelo Partido Social Democrata; Sara Loureiro Vidal Correia da Silva, Alexandre Isaac, Cláudio Miguel Lopes Peça - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Samuel Azinheira de Oliveira, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente. -----

Solicitaram a substituição os Senhores Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro, do Bloco de Esquerda; Vasco Frederico Pires de Sousa, Samuel António Constantino Fialho, Helena Isabel Copa da Silva, da Coligação Democrática Unitária. -----

Solicitaram a suspensão, Cândida Maria Coelho Cavaleiro de Sousa, Rui Pedro Marques Venâncio, Sofia Boleixa Branco, António Manuel Teixeira, todos por oito dias.

Esteve presente o executivo camarário, composto pelos Senhores Walter Chicharro, Regina Matos, Orlando Rodrigues, Maria de Fátima Duarte, Paulo Jorge Reis e António Caria dos Santos, em substituição de João Paulo Delgado. -----

Não esteve presente o Senhor Vereador Manuel Sequeira. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 10 DE DEZEMBRO DE 2021 - Apreciação e votação

Aprovada, por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação, os membros que não estiveram presentes na reunião. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Carolina Silva, que efetuou a a intervenção escrita, como se transcreve: -----

“Moção de Solidariedade com o Povo Ucrâniano - Partido Socialista

As novas gerações europeias têm vivido em paz, muito graças às enormes tragédias decorrentes das duas grandes guerras e ao último conflito nos Balcãs. A génese da União Europeia decorre da necessidade de incorporar os diversos povos europeus e disso nasceu uma maior sinergia política, social e cultural de que todos nos temos de orgulhar. -----

Mais relevante até, foi a progressiva abertura à democracia e à liberdade de diversas nações, que em muito se deve a princípios de tolerância e de respeito pelas suas diferenças. -----

O mais recente ataque da Federação Russa à Ucrânia é, tão só, um dos primeiros sinais de uma tentativa programada de imposição, no mundo, de uma nova ordem que privilegia a antítese dos princípios democráticos e de liberdade dos povos. Este ato é um efetivo ato de violação do direito internacional uma vez que a Rússia não reconhece o direito à autodeterminação dos povos e a legítima liberdade de escolhas, que cada nação tem o direito de implementar. -----

Esta não é apenas uma ameaça à Ucrânia. É um claro ataque ao modelo que defende a liberdade e os fundamentos democráticos, que se enraizaram neste tão flagelado continente. Quase todas as



nações nascem de processos bélicos, e Portugal não foge à regra, mas o processo de paz e de tolerância são fundamentos que o último meio século aprendemos a solidificar. -----

Não poderíamos deixar de propor o efetivo repúdio por este ato, que coloca em causa a segurança da Europa, e em particular a segurança dos povos oriundos dos países nascidos da queda do secular modelo imperial russo. -----

Refutar este repúdio é tão-somente subscrever esta tentativa de imposição de uma nova ordem mundial que privilegia modelos que reprimem os povos, os meios de comunicação social e coloca em causa princípios tão fundamentais como a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade que, ainda hoje, são os valores essenciais de um continente renascido de guerras fratricidas. -----

Em síntese, esta moção visa renegar os princípios que fundamentam esta guerra, promovida pela Rússia, ou pelo seu líder, e demonstrar absoluta solidariedade com o povo ucraniano que acreditamos ter todo o direito de lutar pela sua independência e pelo modelo democrático que implementou desde a sua génese”. -----

Aprovada, por maioria, com dezassete votos favoráveis dos eleitos pelo Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda e sete abstenções do Partido Social Democrata. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Cláudio Lopes, que efetuou a intervenção escrita, como se transcreve: -----

“Voto de Louvor Público – Carlos José de Paiva Mendes – Coligação Democrática Unitária

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré apresenta para apreciação e votação do plenário o seguinte voto de louvor público: -----

Considerando a normal sequência da vida de todos nós, há um momento em que temos de colocar um ponto final na nossa atividade profissional para podermos aproveitar e saborear o merecido descanso após uma vida de trabalho. -----

Uma vida de trabalho que Carlos José de Paiva Mendes, atual Coordenador Técnico na Câmara Municipal da Nazaré, iniciou em 1982 quando entrou nos quadros da Câmara, e que se prepara agora para deixar, chegando à sua aposentação, após 40 anos de dedicação, evidenciada na sua enorme capacidade de trabalho, no desempenho peculiar, no seu rigor, responsabilidade e entrega, ao longo das quatro décadas em que trabalhou para o Município. -----

Colocar este ponto final no seu trabalho, acreditamos que não seja fácil para quem colocou tantos pontos, tantas virgulas, tantos outros sinais de pontuação, nos imensos escritos e procedimentos que teve que produzir, conduzir e acompanhar na sua longa carreira enquanto funcionário da Câmara Municipal e, particularmente, enquanto trabalhador destacado durante muitos anos para apoiar esta Assembleia Municipal, que justificadamente o reconhece. -----

Para este profissional que trabalhou com tantos presidentes e tantos executivos municipais e com ainda mais presidentes e membros das assembleias municipais ao longo dos últimos 40 anos, julgamos ser aceitável por todos, que se faça o justo e merecido reconhecimento que agora se propõe, nesta que, por certo, será a última sessão da assembleia municipal em que este profissional participa enquanto trabalhador. -----

Assim. A Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário no dia 25 de fevereiro de 2022, delibera: -----

1 - Aprovar este voto de louvor público ao Senhor Carlos José de Paiva Mendes, Coordenador Técnico na Câmara Municipal da Nazaré, pela sua longa carreira profissional, de mais de 40 anos, ao serviço da Câmara e da Assembleia Municipal da Nazaré. -----

2 - Expressar publicamente o justo reconhecimento desta Assembleia, pela excelência da sua carreira e, por ser de elementar justiça, manifestar, destacar e elevar as suas qualidades humanas e profissionais, demonstradas ao longo do seu percurso profissional, onde revelou grande dedicação, disponibilidade e exemplar postura pessoal, que devem servir de exemplo”. -----

Aprovado, por unanimidade. -----



Solicitou a palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que efetuou as intervenções escritas, como se transcrevem: -----

“O espaço político para além dos resultados eleitorais

No passado dia 30 de janeiro, ocorreram as eleições legislativas que deram a tão “desejada” maioria absoluta ao PS, uma ascensão da extrema-direita e da propaganda liberal e uma penalização da esquerda, sobretudo do Bloco de Esquerda. -----

Os maus resultados ou a perda de representatividade do Bloco no parlamento são o reflexo da nossa incansável capacidade de nos opormos à hegemonia partidária do PS e PSD que perdura no tempo e que se reflete sempre em momentos decisivos com o voto útil. -----

O Bloco de Esquerda é sem dúvida a alternativa de esquerda ao PS. Não nos vergamos a autoritarismos, a maiorias absolutas, nem a resultados eleitorais, continuaremos a nossa luta, o nosso ativismo na rua, no movimento social e nas casas da democracia local, nacional e internacional. -----

No distrito de Leiria, o Bloco perdeu a sua representação parlamentar, trabalho de muito empenho, dedicação e de grande relevância para o distrito e sua população, espaço que foi perdido para um representante da extrema-direita. -----

As causas locais continuarão na nossa agenda, não as abandonamos. O PS conseguiu pela primeira vez ter maioria no distrito de Leiria com 5 eleitos, 5º eleito: o nazareno, Salvador Formiga, que espero, honestamente, que faça melhor que os anteriores eleitos do PS, que adormeceram no assento parlamentar e viraram as costas ao distrito que os elegeu. -----

O Bloco no concelho da Nazaré teve o seu segundo melhor resultado no distrito, 6,3%, percentagem acima da média nacional. -----

Cá estaremos também, não apenas com a voz que conseguimos eleger nesta Assembleia, mas também na rua. Cá estaremos para continuarmos o nosso trabalho por uma assembleia

democrática e transparente, mais próxima da população e que nunca perca o seu regimento progressista. -----

Pela automatização da tarifa social da água, proposta que não vamos esquecer e cuja efetividade é de enorme importância para apoiar as famílias mais carenciadas. -----

Pela requalificação urgente do Bairro Social da Nazaré que permanece degradado, por negligência do executivo e pela construção de habitação pública a preços acessíveis em todo o concelho. -----

Pela luta contra as alterações climáticas, que carece de planos de reorganização do território, da nossa mobilidade e do parque habitacional. -----

Pela escola pública e inclusiva, por creches públicas. -----

Pelo reforço dos apoios à Associação de Bombeiros Voluntários da Nazaré, responsáveis pela proteção do território e da sua população. -----

Pelo investimento na cultura e nos seus profissionais. -----

Pelo reforço do Serviço Nacional de Saúde. Pela luta contra a precariedade laboral.

Pela promoção da diversidade humana, contra as mais diversas formas de opressão e discriminação. -----

Terminar com um voto de solidariedade para com o povo da Ucrânia, que está a viver o resultado do imperialismo dos poderes absolutos absorvidos pela ganância do capital e do armamento.

Tantos anos de humanidade, e o caminho do diálogo, da paz e da solidariedade parece ainda que está num tempo e espaço longínquos. -----

As palavras morrem nas bombas, nos tiros, na violência, mas o pensamento e a luta por uma vida coletiva melhor não acabarão. Enquanto houver caminho, caminhamos. -----

A luta política não tem tempo limite, nem uma baliza concreta para comemorar a vitória.

Continuamos o nosso caminho por um mundo mais justo e mais digno para todas as pessoas.



“Voto de Saudação – Dia Internacional das Mulheres – Bloco de Esquerda

Há 45 anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX. O dia 8 de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda nos são negados. -----

O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades. -----

Em Portugal, as mulheres têm hoje não só direito ao voto sem restrições, como direito ao aborto seguro. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política. -----

Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma linha divisória entre elas e eles e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante. -----

Aqui e em todo o mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres por serem mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma. -----

Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. São as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpar agressores e responsabilizar

as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional. -----

Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida a 25 de fevereiro de 2022, saúda o Dia Internacional das Mulheres, celebra as conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda faltam travar”. -----

Aprovado, por unanimidade. -----

Solicitou a palavra a **Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que efetuou a seguinte intervenção escrita, como se transcreve: -----

“A Bancada do PSD, agradece o rápido envio da documentação solicitada relativa às despesas jurídicas, custas judiciais e honorários, efetuadas pelo executivo do Município da Nazaré desde 2013, sendo que contabilizamos à data um total de (3 343 195,27€), aos quais somam também os 108 697,12 € relativos a viagens efetuadas no mesmo período, sendo que, como estes dados não são geralmente divulgados considerámos importante apresentá-los e dizê-los aqui hoje. -----

Mais...este número não pára de subir, sendo que, já está previsto e será apresentado na próxima reunião de câmara mais uma despesa de 82 mil euros de despesas jurídicas a um reputado escritório – num acórdão muito claro e onde põe em causa a competência do assessor jurídico – Dr. Carlos Tomás – referindo-se que uma das causas da absolvição foi o “mau aconselhamento” dado ao Sr. Presidente da Câmara, então ponho aqui a pergunta – Quanto desse mau aconselhamento tem trazido de prejuízos ao município da Nazaré? E porque mantém o vínculo com este assessor? E quanto lhe paga mensalmente? -----

Relativamente às viagens, ficamos ainda a saber que só na última viagem efetuada e que foi aqui falada na última Assembleia, feita com uma comitiva de 23 funcionários a Pontevedra,



Espanha, só essa num único dia custou ao município e a todos nós a módica quantia de 5 707,00 €!

Passando agora aos pedidos de esclarecimentos:

- 1) Foi recentemente retirada a paragem de autocarros junto ao Mercado Municipal, trata-se de uma situação provisória ou definitiva? E relativamente aos aumentos dos passes seguiram a linha da subida da inflação ou qual foi o critério para esse aumento?
E as alterações de linhas de transportes, foi feito algum estudo? Tomaram em conta os hábitos e horários da população que frequenta estes transportes?*
- 2) Segundo os jornais locais e o próprio site da Câmara, está neste momento em Discussão pública a 4.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal, muito embora saibamos da complexidade do documento, gostaríamos que nos explicasse em linhas gerais quais as principais alterações aí constantes?*
- 3) Gostaríamos nos esclarecesse qual é o atual ponto de situação do processo do Prédio do Antigo Restaurante Tamanco e do prédio da Rua Arte Xávega?*
- 4) Gostaríamos de saber qual o estado da situação do processo relacionado com os campos de Padle ao lado das piscinas municipais?*
- 5) Outra questão - o atual quadro legislativo da Segurança Contra Riscos de Incêndio em Edifícios (SCIE), como é de seu conhecimento exige a concretização e implementação das Medidas de Autoproteção (MAP) nos edifícios escolares.*

Estas resultam da elaboração de um conjunto de documentos, devidamente estruturados e dinâmicos, que têm a finalidade de garantir a segurança, proteger pessoas e bens e minimizar os efeitos dos desastres, caso estes venham a ocorrer.

Nos espaços escolares, cada um deve saber exatamente o que fazer em situação de emergência e perceber a utilidade fundamental dos seus gestos.

É necessário a realização de exercícios e simulações, por forma a testar e consolidar conhecimentos adquiridos, para haver uma otimização de atitudes e comportamentos.

Previne-se quando criamos condições para que os acidentes não ocorram, planeamos quando, antecipadamente, fornecemos informação sobre os procedimentos corretos a adotar em situações de emergência.

Sendo o responsável de segurança o Presidente da Câmara Municipal pretendemos saber em que ponto se encontram identificadas as desconformidades de cada edifício face à legislação em vigor e propostas as medidas compensatórias/ corretivas, bem como a calendarização das mesmas.

Relativamente a cada espaço escolar (Centro Escolar da Nazaré, Centro Escolar do Valado dos Frades, Centro Escolar de Famalicão, Escola Básica e Secundária Amadeu Gaudêncio e Jardim de Infância Bairro dos Pescadores) desejamos saber para quando a concreta implementação das medidas de autoproteção.

Por último, pretendemos sublinhar a título de agradecimento pelos anos de dedicação à causa pública e a este município propomos um agradecimento público, ou um voto de louvor ao funcionário desta autarquia que hoje se reforma, Sr. Carlos Mendes”. -----

*Solicitou a palavra, a **Senhora Deputada Sara Vidal**, que efetuou a seguinte intervenção escrita, como se transcreve: -----*

“Declaração Política da CDU

“Esta é a primeira sessão da AMN depois das últimas eleições legislativas. Importa aqui salientar que o concelho da Nazaré foi novamente, e já por diversos actos eleitorais consecutivos, o concelho do distrito de Leiria com maior nível de abstenção.



Esta preocupante constatação deve fazer-nos refletir profundamente sobre o estado de debilidade estrutural da nossa democracia local. Naturalmente, nem todos temos os mesmos níveis de responsabilidade no processo, mas cabe a todos nós encontrar soluções para o grave problema que enfrentamos.

A taxa de abstenção no concelho da Nazaré nas últimas legislativas rondou os 51,8%, sensivelmente 9 pontos percentuais acima da média nacional. Se analisarmos os dados da abstenção na sede de concelho e a colocarmos em comparação com a média nacional, verificamos que o caso é ainda mais preocupante – a diferença acentua-se para 10 pontos percentuais.

O mais inquietante é que esta falta de participação da população local não se resume apenas aos actos eleitorais, mas reflete-se nas mais diversas dimensões da nossa vida coletiva, deixando os seus destinos à mercê de projetos messiânicos geralmente antidemocráticos, mesmo que usando a democracia para chega ao poder.

Este estado de coisas é historicamente propício à ascensão de forças reacionárias, racistas, xenófobas, homofóbicas e violentas que já vão tendo votações expressivas num concelho onde nunca intervieram, onde nunca foram vistos, onde nunca se juntaram às justas lutas das populações.

Quando os problemas dos trabalhadores e do povo não são resolvidos, quando a via do diálogo não se esgota, quando as diferenças não se naturalizam num amplo espaço de integração - multicultural, multiétnico e multirreligioso -, quando as respostas sociais não têm a celeridade e robustez suficiente para equilibrar o jogo social das forças em confronto – só podemos esperar instabilidade, confrontação, incompreensão e extremismo.

Quando se continuam a abrir caminhos para os que mais têm, deixando os mais desapossados sem respostas, quando se agravam os custos de vida sem que os salários acompanhem essa escalada interminável, quando se continua a optar por injetar enormes quantias de dinheiros públicos em

campeonatos de surf, jogos de futebol e andebol de praia, penalizando-se depois as populações com aumentos dos custos dos transportes públicos municipais, quando se rejeitam aumentos nos apoios à natalidade, quando não se faz um maior reforço nas respostas sociais, só poderemos ter um país e um concelho mais desiguais, mais injustos, menos solidários e menos inclusivos – logo, teremos um país e um concelho de muito curto prazo, sem um futuro equilibrado para as próximas gerações.

A CDU, para o país e para o concelho, exige e propõe um outro caminho – um caminho de justiça social, de progresso e de bem-estar para as populações!

Nazaré, 25 de fevereiro de 2022

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”.

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Edmundo Barbosa, que efetuou a seguinte intervenção escrita, como se transcreve: -----

Voto de Solidariedade -

“A bancada do PSD manifesta hoje a mais veemente condenação pela agressão que a Ucrânia está neste momento a ser vítima e expressamos a profunda preocupação pela situação que o povo ucraniano está a viver.

Mostramo-nos assim solidários com toda a população ucraniana inclusive a que vive em Portugal, e obviamente a que está e bem integrada no concelho da nazaré.

Queremos demonstrar ainda a nossa indignação e repudiar a atitude dum força política portuguesa em que responsabiliza a Ucrânia pelo que está a acontecer no seu território dando justificativas tais como “constantes violações do cessar-fogo”, “sucessivas provocações” e por “uma massiva concentração de forças militares junto à linha de demarcação” por parte da Ucrânia.



Esta afirmação não só é hilariante, como quase parece que querem incutir ao povo português que o que todos nós estamos a assistir são meras ilusões e fantasias criadas por nós próprios. Este partido está a mostrar ao povo português a sua indiferença na criação de uma Rússia imperialista.

Quando todos criticamos o extremismo em Portugal e no resto do mundo de uma forma veemente e alguns não seguem a mesma linha de pensamento relativamente a criminosos e ditadores não só é hilariante como preocupante e vergonhoso, mas como todos sabemos que o povo é quem mais ordena, resta-nos esperar pela sua morte anunciada.

Viva á Humanidade.

Viva á Democracia.

Viva á Liberdade”.

Solicitou a palavra, o Senhor Deputado Alexandre Isaac, que efetuou a seguinte intervenção que a seguir se transcreve: -----

Moção –Em defesa da paz e pelo fim da escalada de confrontação na Europa – CDU

Expressando a sua profunda preocupação e condenação da aventura militar do regime belicista de Putin, expressa nos graves desenvolvimentos da situação no Leste da Europa, envolvendo operações militares por parte da Rússia em todo o território da Ucrânia;

Salientando que o agravamento da situação é indissociável do contínuo alargamento da NATO e do reforço do seu dispositivo militar junto às fronteiras da Rússia, assim como da inserção e instrumentalização da Ucrânia ao serviço da estratégia belicista deste bloco político-militar.

A Assembleia Municipal da Nazaré, reunida em plenário no dia 25 de fevereiro de 2022, delibera-

1 - Apelar ao fim do conflito, à instauração de um cessar-fogo e à abertura de uma via negocia] diplomática das partes em conflito, tendo em vista a tão desejada paz;

2 - Sublinhar a premente necessidade de desencadear iniciativas que contribuam para um processo de diálogo com vista a uma solução política para o conflito na Ucrânia e que deem respostas aos

problemas de segurança coletiva na Europa, no cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Acta Final da Conferência de Helsínquia;

3 - Instar o Governo de Portugal, para que, em defesa dos interesses e aspirações do povo português e dos povos de toda a Europa, atue no sentido de favorecer o fim da escalada de confrontação, apelando às soluções de negociação neste tipo de conflitos internacionais, contribuindo para a paz e para o desarmamento, em consonância com a Constituição da República Portuguesa.

Se aprovada, deve ser enviada cópia ao Sr. Presidente da República para conhecimento, e ao Sr. Primeiro-Ministro, no sentido da manifestação desta Assembleia Municipal”. O Senhor deputado, acrescentou que, esta é a posição do tal partido que dizem que apoia o Bloco Militar de Putin e para conhecimento a todos os presentes, a Rússia , deixou de ser comunista há muitos anos, fizeram a sua escolha, que, no meu entender foi correta, em que a maior força de oposição ao governo de Putin é o Partido Comunista Russo, em que parte dos presos políticos na Rússia estão nas fileiras do Partido Comunista Russo; que nunca nenhum Partido Comunista Português defendeu escaladas de agressão nem o recurso ao armamento, principalmente desde o 25 de abril de 1974.

Aprovada por maioria, com cinco votos a favor da CDU, Bloco de Esquerda e Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades e a abstenção dos restantes membros.

Solicitou a palavra, o Senhor Deputado Samuel Azinheiro, que efetuou a seguinte intervenção que se transcreve: -----

“Sobre a Saúde no Polo do Valado

Boa noite a todos os presentes e a todos os munícipes que assistem a esta assembleia.

Como é de conhecimento geral, a situação dos serviços do SNS no concelho não é a mais famosa. Também o Polo de Saúde de Valado dos Frades tem passado por tempos conturbados nos últimos meses no que diz respeito à falta de médicos.



O Sr. Dr. José Fernandes já saiu daquele Polo há cerca de um ano e, desde então, deixaram de ser prestados vários serviços de saúde como, por exemplo, consultas de planeamento familiar.

Quando o Dr. Januário (que é o único médico fixo no Polo) e a equipa de enfermagem são escalados para o processo de vacinação contra a COVID-19, o nosso Polo de Saúde fica sem qualquer resposta médica. Além disso, o Dr. Januário assegura além das consultas dos seus doentes, as consultas abertas, as consultas a grávidas e crianças, as consultas a diabéticos (atendendo exclusivamente os casos mais graves) e passa as receitas de medicação habitual.

Tomámos conhecimento que até ao mês de novembro foram sempre colocando médicos substitutos. No mês de dezembro foi colocado um médico substituto durante quatro dias. No mês de janeiro foi colocada uma médica, mas apenas durante duas horas e trinta minutos em todo um mês. E no presente mês de fevereiro não foi colocado qualquer médico no Valado. Tivemos conhecimento, ontem, que foi colocado um médico substituto para o próximo mês para dois dias por semana.

Continua a ser insuficiente!

A Junta de Freguesia de Valado dos Frades tem feito o que pode e lhe compete, junto do ACeS-ON, para que seja dada uma resposta concreta aos seus fregueses sobre este problema. Depois de enviada para o ACES-ON uma primeira Moção, aprovada por esta Assembleia, foi enviada uma nova Moção, aprovada pela Assembleia de Freguesia de Valado dos Frades, no sentido de sermos melhor esclarecidos sobre as falhas no Polo de Saúde. Obtivemos já respostas a estas Moções, mas para o que realmente interessa, que é a resposta ao problema existente da falta de médicos e de enfermeiros diariamente, essa não existiu até agora.

Há poucos dias tomámos a iniciativa de enviar uma comunicação a perguntar à Câmara Municipal da Nazaré se já tinham algum dado novo acerca da falta de médicos. A CMN, infelizmente, também não sabia de mais nada e fez o que deveria ter feito. Encaminhou a comunicação recebida da Junta

de Freguesia de Valado dos Frades para a direção executiva do ACeS-ON, a qual ainda carece de resposta.

Como Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades, quero garantir-vos desde já, que se as respostas às nossas preocupações, que vierem a ser recebidas, não forem respostas efetivas para a resolução dos problemas, a Junta de Freguesia unir-se-á à população, sairá à rua e desencadeará todos os esforços e as lutas necessárias para que esta questão seja ouvida bem longe, até ser resolvida por quem de direito.

Deixo-vos o convite a todos, a todos, que se juntem a esta luta, que não é um problema apenas do Valado, mas sim do Concelho.

Viva o Valado!

Obrigado e uma boa noite a todos”

*Após estas intervenções, foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que informou que mantém a confiança política no seu Assessor Jurídico, Dr. Carlos Tomás. Que, a viagem a Pontevedra, visou exclusivamente, levar os Técnicos da Câmara Municipal, que lidam com o Planeamento Urbanístico, de Acessibilidades, de iluminação de barreiras físicas, que lidam com matérias importantes de forma a se ter um espaço público melhor para se usufruir. Que, contrariamente ao que diz o PSD, que se gastou 5.700€, ele afirmou, que se investiu 5.700€. Que, as viagens que são feitas têm o propósito de trazer benefícios e ensinamentos e representar o Município da Nazaré. Que, são visões diferentes de ver as coisas, mas que têm de as aceitar. Disse, que de seguida iria passar a palavra ao Senhor Vereador Orlando Rodrigues e à Arquiteta Teresa Quinto, mas acrescenta que o processo do “Tamanco” tinha parado do lado da Agência Portuguesa do Ambiente, que surgiu uma questão entre a Agência Portuguesa do Ambiente e a CCDRLVT em que deveriam fazer uma conferência decisória sobre o assunto, que ainda não aconteceu e que não é por força do Município que a obra está parada, ainda que este tenha intercedido para que as duas entidades se entendam. No que diz respeito ao prédio “Arte Xávega”*



se continua a aguardar, especialidades ou arquitetura alterada, por parte dos promotores para que o processo possa ir à reunião de Câmara. Havia um problema com o Padle, com o registo do terreno, que está a ser corrigido para que se possa assinar contrato, para que se possa iniciar as obras. Sobre a 4ª. Alteração ao PDM a Arquiteta Teresa Quinto dará as explicações necessárias, mas que tem a ver com a área do Porto de Abrigo e com a adaptação do PDM a um conjunto de normas emitidas pela Agência Portuguesa do Ambiente em adaptar aquela área para que as propostas de construção de unidades na área da Aquacultura e não só possam ali ser possíveis, e que se encontra em fase terminal. Acrescentou ainda, que tem tentado não se referir ao resultado das eleições legislativas, até porque é de um partido, e dirige um partido a nível Distrital, que pela primeira vez ganhou no Distrito de Leiria. Mas, que não pode deixar de dizer que o que se ouve na Assembleia Municipal parecem desculpas, justificações ou formas de agir para esconder os péssimos resultados obtidos por outras forças políticas. Que, sobre a abstenção, disse que não entende, os diferentes níveis de responsabilidades no valor da abstenção. Disse também, que parece que a história da NATO é desculpa para a invasão, que é uma justificação que não se aceita, da mesma maneira que não se aceita que o senhor em causa venha ameaçar a Suécia e a Finlândia. Que, deixa o agradecimento às três bancadas porque abordaram aquilo que era uma matéria dos últimos dias e que tem de ter uma resposta deste Órgão. Para terminar, fez uma clarificação ao Senhor Presidente da Junta do Valado, em que afirmou que a Câmara não sabia da falta do médico, mas que esta tem a algum tempo a informação que o concurso foi aberto para colocar um médico para o Valado dos Frades e que o mesmo ficou deserto. Que, deixa a nota que, tem sido abordado no Oestecim esta situação, não sendo o problema da Nazaré. Deixou um agradecimento, enquanto Presidente da Câmara e amigo ao Carlos Mendes, e ao seu trabalho de grande dedicação ao serviço da Câmara Municipal. -----

Solicitou a palavra, **a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para dizer que algumas questões não foram respondidas pelo Senhor Presidente. Relativamente ao Dr. Carlos Tomás, disse que, não é o PSD que diz que, está mal assessorado, mas o Acórdão da Relação, que não é uma questão política, mas de ler o que lá se encontra escrito. Que, gostavam de saber aqui na Assembleia e neste Órgão fiscalizador, quais foram o benefícios e prejuízos dessa Assessoria. Que, também querem saber, sobre as medidas de segurança contra incêndios porque não foi respondido a essa questão. -----

Solicitou a palavra, **o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, que prestou alguns esclarecimentos: que é importante referenciar que quando o executivo entrou em funções em 2013, não existiam medidas de autoproteção em nenhum equipamento municipal, inclusive os escolares. Que, se ficou a perceber na altura porque os Centro Escolares não foram inaugurados, não só porque não foram pagos, mas porque não detinham as condições de segurança aprovadas. Que, neste momento, todos os Edifícios Escolares e outros, inclusive pavilhões e Estádio já detêm este requisito. Que no caso dos Centros Escolares, não foi tão rápido porque houve necessidade de se fazer alterações estruturais, principalmente no Edifício de Valado dos Frades onde se teve de fazer uma saída de emergência do piso superior para uma escadaria colocada no wc, único espaço disponível para se fazer o que se deveria ter feito logo de raiz na execução do projeto. Relativamente à questão do novo modelo de transportes urbanos e em relação à paragem do mercado, o modelo prevê no futuro, que a paragem centralizada na zona da Nazaré fique localizada no Terminal Rodoviário – próximo da zona atual, onde se situa uma paragem na Avenida do Município, e que a deslocalização da paragem do mercado tem a ver com o facto de que muitas vezes haverem atrasos regulares graças ao trânsito existente na Avenida Vieira Guimarães, principalmente em época alta mas não só, em que com os condicionantes atuais, naquela via é proibido a passagem de veículos pesado, à exceção dos transportes urbanos. Que, foi uma decisão, que é discutível, que foi transitar a paragem que estava no mercado, para uma zona que está a cem, cento e cinquenta metros de distância. E, quando se levanta a questão da paragem para longe do mercado, se tentou arranjar uma solução que servisse a população do mercado e a do Centro de Saúde. Que, em relação à questão dos passes, que é importante transmitir que, não é verdade que houve aumentos dos passes nos Transportes Urbanos Rodoviários, que tinham passes de 19€ que passaram para 12€ - passes



mensais de adulto, e no geral houve redução em todos os passes. Que, foi criado o passe para pessoas com mais de 65 anos, no valor de 10€, ou seja, a redução tarifária nos transportes rodoviários é muito substancial – uma redução de 60 a 70%. Em relação ao Ascensor, efetivamente houve um aumento, que a última vez que houve um aumento do tarifário foi em 2018, mas que acima de tudo foi necessário fazer uma atualização de preços tendo como bases aquilo que são os preços praticados em equipamentos similares. O Ascensor, é um equipamento, que praticava preços muito abaixo do normal, com três critérios: dos requerentes cerca de 99.8% destes reúnem os requisitos necessários – tem de ser natural da Nazaré, ou residente no Concelho da Nazaré e que trabalhem no Concelho da Nazaré, mesmo não habitando nem tenham residência fiscal. Quem, não reunir um destes requisitos, que terá de recorrer ao tarifário normal, que é praticado a preços de mercado, que não é muito diferente dos que se praticam noutros locais, em que alguns equipamentos similares são muito mais caros.

Solicitou a palavra, a Senhora Deputada, Tânia Gandaio, perguntou, e em relação aos Centro Escolares, se foram identificadas as desconformidades em cada edifício e as propostas corretivas às mesmas. Em relação á questão das viagens da urbana, perguntou, se o passe individual referido pelo Vereador Orlando, sofreu aumento, dúvidas em questão aos do fim de semana, se a viagem individual sofreu aumento e qual a percentagem de aumento no Ascensor/passe individual? -----

Usou da palavra, o Senhor Vereador Orlando para responder às questões colocadas pela Senhora Deputada Tânia Gandaio: que em relação às medidas de autoproteção, quando o executivo entrou em funções, os equipamentos detinham um documento que identificava dezenas de anomalias que fizeram com que não fosse aprovado naquela fase, e que todos eles de uma forma mais complexa ou menos complexa, alguns deles foram-se resolvendo, e fazendo as atualizações que se tinham de fazer e que de uma forma ou de outra as anomalias mais graves foram suprimidas.

Que, em relação às questões dos fins de semana, foi um lapso técnico na parte do designe, em que ficou referenciado para o fim de semana, mas que fique bem claro que é para todos os dias do mês. Que, antigamente tinha três, mas que iriam passar a ter quatro linhas – a linha que vai fazer Nazaré/Sítio; a da Nazaré/Pederneira; a de Fanhais/Porto da Nazaré e a linha do fim de semana.

Em relação às questões das viagens de fim de semana, estas foram aumentadas, quer num quer noutra, e isto porque, a ideia do executivo é quem recorre ao Ascensor com alguma frequência que recorresse ao passe mensal, não por ser caro, mas que vai estimular a mobilidade dos transportes no Concelho. No Ascensor, o passe mensal que era de 10€ e passou para 12,50€ e em relação ao Bilhete individual, sofreu um aumento considerável, em que passou 1,50€ para 2,50€ - para cidadãos que usam pontualmente o Ascensor; que é um preço equivalente ao que se pratica por exemplo, em Viana do Castelo. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que iria entrar na sessão, de forma online, o Dr. Paulo Simões, 1.º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Oeste, para prestar esclarecimentos e colaborar na apreciação sobre o ponto 16 da Ordem de Trabalhos “Recomendação – Modelo de Mobilidade no Oeste”. Questionou os Senhores deputados se seria possível fazer já essa apreciação e todas as bancadas foram unânimes em concordar. -----

O Dr. Paulo Simões, entrou na sessão “de forma online”, cumprimentou todos os presentes na Assembleia Municipal, e disse que iria explicar o Modelo de Mobilidade no Oeste – Serviço Público de Transportes de Passageiros, o Superior Interesse Público e as reais necessidades efetivas da população. Começou por dizer que este serviço público, é uma responsabilidade do Estado; que é o Estado que tem de prestar este serviço público às pessoas. Que, a contratação do serviço público de transporte de passageiros, é uma obrigação legal, desde 2015, por força da publicação na Lei n.º. 52/2015 - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, em que compete à Comunidade Intermunicipal do Oeste, em relação aos Municípios, ser a autoridade nos transportes. Que, neste âmbito, foram muito discutidos os modelos e os princípios básicos do que seriam os alicerces do que poderia ser a Política Pública de Mobilidade. Que, durante estes anos, com estudos e com investimentos de visão dos Presidentes, foram definidos quatro pilares, estruturantes, para a Política Pública de Mobilidade: ser



universal, ser descarbonizado, ser digital e tendencialmente gratuito, para responder às necessidades das populações. Que, na verdade tinham grandes objetivos para quatro anos e que queriam melhorar a cobertura espacial, os serviços, melhorar os tarifários, através do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, definir prioridades de investimento, nomeadamente a descarbonização, mais amigo do ambiente, que respondessem às alterações climáticas e ajustar estas ofertas de serviços às reais necessidades das populações. Que, têm a noção clara do investimento da população, que as populações se vão ajustando e vão sendo diferenciadas e quais os modelos que melhor se adaptam – por exemplo um transporte mais flexível. Que, sendo competência do Estado, neste caso, a autoridade dos Transportes, do ponto de vista legal e de uma forma genérica de duas formas: ou pelo Concurso Público Internacional e se espera pelo resultado ou por operador interno. Que, só têm um objetivo – que se quer implementar um modelo, que melhor responderá ao superior interesse do público, melhor modelo económico-financeiro que garanta a melhor resposta ao interesse público e o melhor modelo qualificativo que garanta a melhoria do serviço público, tendencialmente gratuito e o mais descarbonizados possível na resposta às alterações climáticas. Que, fizeram este trabalho, e que começaram a estudar a melhor forma de implementar o modelo. Toda esta matéria é regulada, gerida, verificada e auditada pelo AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, que é supervisionada pelo Regulador Europeu. Que, se tem hoje uma realidade no País, muito concreta, e que estudaram os diferentes cenários, sinalizaram as diferentes dimensões/variáveis e tiveram dos grandes cenários: se fosse um Concurso Público Internacional, seria avaliar as necessidades básicas – e os números apresentados e os que se conseguiu avaliar, levaria para dez anos o valor de trinta e cinco milhões de euros – valores regulados para esta dimensão e para a frota que se tem atualmente, e perante esta realidade não tendo ficado satisfeitos, porque se continuaria com um serviço de má qualidade, não se responderiam ao que são as tendências da

população e que foram estudar outro cenário, o de ter 51% do capital de uma empresa, ou seja ter um modelo onde o operador privado pudesse implementar às suas necessidades. Que, estudaram o modelo, e que este apresentou custos por volta dos seis milhões de euros de entrada de capital social mais de 20.8 milhões de euros para as obrigações de serviço público – à volta dos 26.8 milhões de euros, o que daria uma diferença de cerca de 8 milhões de euros, o que contabilizado se teria em dez anos, cerca de 6 milhões de euros de rentabilidade do ativo, em que daria 14 milhões de euros; ou seja, se teria uma poupança de 14 milhões de euros; que na prática o interesse público estaria garantido, em que o alicerce passaria por aquilo que fosse mais vantajoso para o erário público; que, mais do que isso, além dessa poupança, se teria a possibilidade de poder tomar decisões, ou seja, definir, implementar e ajustar de acordo com os quatro alicerces já referidos – universal, limpo, conectado e tendencialmente gratuito. A terceira conclusão, é que todo este modelo seria supervisionado e aprovado pela Comunidade Intermunicipal, em que todo este modelo precisa do parecer prévio do Tribunal de Contas, da Inspeção Geral de Finanças, DGAL e da AMT, ou seja, todo este modelo, será supervisionado e auditado por estas quatro entidades que supervisionam o superior interesse público. Na quarta conclusão, o que se está a fazer, é um estudo prévio, analítico, do ponto de vista daquilo que corresponde ao processo de tomada de decisão do superior interesse público e que será auditado e avaliado por aquelas quatro entidades, que supervisionam esse tipo de política pública. Na quinta conclusão, todos estes recursos passariam a ser incrementados, ou sejam estas poupanças, seriam investidas naquilo que seria a estratégia de mobilidade, que na prática, o objetivo seria a possibilidade de concorrer a concursos dentro do PRR 2030, que dará maior qualidade de vida às populações, e que teríamos a possibilidade de continuar a investir num acesso gratuito e mais acessível. -----

- Solicitou, a palavra, **a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que começou por cumprimentar, o Dr. Paulo Simões, e que tinham algumas questões para colocar e que gostariam dos seus



esclarecimentos: que, a Oeste CIM admite, no estudo que leram, que, não tem competência e não foi uma opção na gestão da empresa de transportes, para criar uma empresa de raiz - terá competência para gerir os 51% desta empresa e torná-la mais eficiente? Que, também as CIM 's, foram criadas, como contrapartida à fusão das Câmara Municipais na fase da Troica, de forma a promover e definir estratégias locais, e ter economia de escala. Sendo financiada 95% pelos Municípios que a compõem, dos seis milhões que são referidos no estudo para adquirir os 51% dessa empresa de transportes, qual será o montante que caberá neste caso, ao Município da Nazaré? Qual o custo, que a Nazaré tem atualmente com os transportes? Qual o valor que prevê gastar? Os Municípios vão gastar menos do que gastam atualmente? Qual o impacto das obras programadas de investimento Municipal para compensar o investimento? Em relação ao modelo da empresa municipal, pergunta se a gestão será feita pelos Municípios, ou por empresas privadas e ainda qual será o papel do Município da Nazaré na futura administração dessa empresa? Em relação à questão das rotas, qual o seu objetivo, se é aumentar as rotas para gerir a mobilidade interna da região Oeste, onde uma carreira adicional custa mais dinheiro, não havendo como fugir dessa realidade, quer a empresa seja privada, ou pública ou mista. Uma maioria de capitais públicos, será mais eficaz? Quais as medidas, que irão tomar para melhorar o serviço de transportes? Quem vai fazer a auditoria a esta compra? E, em relação às participações sociais na empresa, tendo em atenção o estado da frota existente, onde há necessidade de investimento para a renovação da mesma, quem vai auditar essas contas? E em relação a se poder evitar, os dados intangíveis, onde a própria Rodoviária do Oeste tem publicidade, existe alguma maneira de se fazer o controlo e evitar a sua saída? -----

Solicitou a palavra, a Senhora Deputada Sara Vidal que colocou as seguintes questões: -----

- Sobre o assunto, da criação de uma empresa multimunicipal de transportes, por via da aquisição de capital da rodoviária do Oeste e da Rodoviária do Tejo em 51%, ou seja, uma

empresa de direito privado com maioria de capital público adquiridos pelos Municípios e pelos que integram a Comunidade Intermunicipal do Oeste, a CDU, apresentou uma declaração de voto no ponto 16. -----

Usou da palavra, **o Senhor Dr. Paulo Simões**, para prestar esclarecimentos: que, em relação à questão da competência dos 51%, temos os riscos do acesso ao mercado – que para se ter 100% o investimento é muito maior, no que diz respeito a criar de raiz, e como operador de raiz o investimento seria impraticável. Que, os 51% garantem, no ponto de vista daquilo que são as dimensões de política pública, e do interesse público; e que o acesso foi o que do ponto de vista económico-financeiro que se considerou o mais adequado, em relação aos riscos de acesso e aos de utilização de recursos. -----

- O que está neste momento, em cima da mesa, são os valores em que na primeira fase, a Nazaré não vai pagar – de alguma forma vai ser suportado pela Oestecim, e que estamos a colocar investimento nas Autarquias. O primeiro milhão de euros será colocado pela Oestecim e daquilo que é o modelo de negócios se tem rentabilidade durante os próximos dez anos. Que, a ideia é gastar o menos possível, melhorar a qualidade de política pública na vida das pessoas. O que se pretende é um modelo de mobilidade, em que a utilização dos recursos públicos, consigam garantir, recursos tendencialmente mais baratos, descarbonizados e com muito melhor qualidade. O que se pretende, é ser mais eficiente, e com essa política pública, garantir que as pessoas tenham um melhor serviço prestado às populações, e que seja tendencialmente gratuito. Todos os ativos são depois ajustados e contabilizados para a operação, ou então serão naturalmente rentabilizados enquanto ativos da operação a definir. Sendo uma empresa pública, a maioria da gestão será a definida pelos vetores públicos. -----

- Todos os modelos, são supervisionados pela AMT, Tribunal de Contas e Inspeção Geral de Finanças, ou seja, todo o modelo de gestão, será naturalmente composto por uma maioria de pessoas com responsabilidades e com capacidades em defender o interesse público da região, da



política de mobilidade, que vem de encontro ao que são as necessidades das nossas populações, serão auditadas e verificadas pelas entidades referidas. Que se quer, acima de tudo, um regime jurídico de serviço público de transporte de passageiros e ajustar ao âmbito da aplicação – modelos muito mais flexíveis, adequados às necessidades das pessoas, transporte a pedido para pessoas de mobilidade reduzida e que sejamos quase capazes de responder às reais necessidades das pessoas, porque quanto mais qualidade de serviço se tiver, naturalmente mais eficientes teremos de estar para aumentar os nossos custos. Atualmente, o financiamento, para a redução tarifária é feita pelo PART – que é uma medida que tem por objetivo combater as externalidades negativas associadas à mobilidade, nomeadamente o congestionamento, a emissão de gases de efeito estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social. Que, é verdade, que o ecossistema do modelo intermodal terá de ser avaliado. Em relação aos trabalhadores, serão todos, do ponto de vista legal, ajustados, aos princípios mais favoráveis aos trabalhadores. Relativamente, às operadoras, que estão envolvidas no processo, são as que operam no território do Oeste, e que estão todas envolvidas. O que se pretende, é envolver todas as que operam neste sistema e cumprir o superior interesse público. -----

Usou da palavra, a Senhora Vereadora Tânia Gandaio, que disse: que existem duas questões que não foram esclarecedoras, a questão de que a Oestecim é que irá colocar o dinheiro – o dinheiro que é da Oestecim, é colocado também pelo Município da Nazaré – é colocado por todos os Municípios, logo não é gratuito; que se dá a entender que não haverão dinheiros gastos, mas efetivamente vão haver. Que, também é referido, que existem pessoas que vão fiscalizar o interesse público – quem são essas pessoas? -----

Usou da palavra, o Senhor Dr. Paulo Simões para responder às questões: -----

- O milhão de euros que vai ser colocado, é da Oestecim. Que é um mercado regulado, supervisionado pela AMT, do ponto de vista daquilo que será a execução da empresa; do ponto

de vista da criação da empresa, ou da estrutura, será auditada com parecer prévio vinculativo pela Inspeção Geral das Finanças, Tribunal de Contas e pela DGAL. Que, se tem três entidades a supervisionar, que são os principais alicerces do interesse público para a constituição da empresa e que depois se terá no futuro termos a supervisão da AMT, que responde e observa todo o processo de contratação/execução dos contratos anuais, ou seja, a supervisão anual de todas das contas públicas desta entidade – mercado regulado nacional por força do Regulamento Europeu e está supervisionado pelo mercado Europeu. -----

*- Usou da palavra, **a Senhora Deputada Telma Ferreira**, que disse: no seu entendimento, tendo em conta que os transportes públicos vão ter de ser um investimento agora, já que foram esquecidos no passado, porque se nos queremos deslocar do transporte privado, e combater as alterações climáticas que só existem nos transportes públicos coletivos e na ferrovia é que temos as soluções; que percebe que vai haver uma união dos Municípios da Região do Oeste na orientação deste trabalho; que vai haver uma remodelação dos equipamentos para os tornar mais “verdes”; que vai haver uma maior oferta dos transportes públicos, que terão em conta a evolução dos trabalhos da ferrovia. Questionou, e tendo em conta o que foi dito sobre as tarifas serem tendencialmente gratuitas, se uma pessoa que tenha acesso a um passe, terá acesso a todo o tipo de transporte público? -----*

*- Usou da palavra, **o Senhor Dr. Paulo Simões** para responder: a ferrovia está fora do âmbito da aplicação, mas que a ideia do Oeste é de termos a capacidade de ter um sistema de mobilidade a que corresponda ao que a deputada Telma acabou de referir, ou seja conseguir que o ecossistema nessa perspetiva seja, limpo, tendencialmente gratuito e um fator de elevador social universal para todas as pessoas e de dimensão potencialmente social, enquanto fator crítico de sucesso para a Região. -----*

***O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu a colaboração do Dr. Paulo Simões.*



ORDEM DO DIA:

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO –

Intervenção para falar a Senhora Deputada Sara Vidal: -----

- Agradeceu o envio da documentação e das informações detalhadas sobre os assuntos.
- Questionou: qual o ponto de situação da proposta de reabilitação urgente da parte superior da Pedralva aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal no dia 23.02.2018?
- Que, em 20.09.2019, entregaram um requerimento a pedir esclarecimentos sobre essa situação.
- Qual o ponto de situação da proposta, aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal sobre a classificação do promontório?
- Em relação à praça Bastião Fernandes, qual o ponto de situação do processo da casa devoluta que lá se encontra?

Intervenção para falar a Senhora Deputada Telma Ferreira: -----

Duas perguntas direcionadas para o ponto da Ação Social e Direitos Sociais:

- Fez referência ao dia 03/12 que se comemora anualmente nesta data, o “Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que tem como principal objetivo a motivação para uma maior compreensão dos assuntos relativos à deficiência, promovendo uma mobilização para a defesa da dignidade, dos direitos e do bem-estar, para que se crie um mundo mais inclusivo para as pessoas com deficiência, física ou mental. Que, este ano tem como tema “A Liderança e Participação das Pessoas com deficiência em direção a um mundo Pós-Covid”?

Questionou: Para quando wc 's públicos para pessoas com mobilidade reduzida, no Concelho da Nazaré? Falou da importância do Balcão de Inclusão.

- Relativamente ao Fundo de Emergência Social, de duzentos mil euros, criado em plena pandemia, para dar apoios, pergunta onde o mesmo já atou? Que apoios possibilitou? Foi um apoio efetivo?

Intervio, **a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, para pedir esclarecimentos em relação à Saúde:

- Se ainda se mantem o Centro de Testagem do Covid-19 na Bonarte? Quanto custou ao Município? Existe uma contratação de 1 pessoa para esse mesmo centro de testagem pelo valor de 15 mil euros, qual o procedimento para 2022? -----

Intervio, **o Senhor Presidente da Câmara** para responder: -----

- Sobre a requalificação do Parque da Pedralva – já foi afirmado em Reunião de Câmara, que houve um processo de concessão daquele espaço privado; que está a correr termos, que levou à aprovação dos projetos de arquitetura e de especialidades, e a empresa que ganhou o concurso tem até 16.04 para levantar o alvará de obras e que se está à espera que o faça. -----

- Sobre o Promontório – que pode solicitar aos serviços de Gestão de Património e Cultura que possa submeter um relatório à Assembleia Municipal. Que teve uma reunião, sobre este assunto, em que foi dito que o caminho é possível, mas que é preciso que se perceba que se quiserem ir por esse caminho, há muita coisa do dia-a-dia que deixará de ser possível de se fazer. No 1º. Mandato, tiveram a ideia de criar a marca Pescado Nazaré ou a marca Carapau-seco Nazaré, mas naquilo que é uma arte ancestral, não seria boa ideia. Preferiam promover estas marcas de outra forma.

- Sobre a casa devoluta, disse, que se está a contactar e a notificar os proprietários nos termos da Lei; já, em tempos houve, um projeto apresentado em Câmara que nunca cumpriu termos é uma situação que os serviços estão a acompanhar. Quando for determinado, que a casa está em total situação de ruínas, então aí se fará o que se tiver que fazer. Existe a ideia, de que as Câmaras podem fazer tudo, mas efetivamente não podem! Deu, como exemplo o Edifício da Curva da Primavera, que tem notificações de há mais de uma década, que nunca foram recebidas e que depois de todas as fases cumpridas, tomaram posse administrativa e no dia em que foi feita a demolição, a proprietária, que nunca recebia as notificações, apareceu! No caso da casa devoluta,



identificar os proprietários, foi de grande complexidade, mas que se conseguiu e que se está à espera, de saber as possibilidades adicionais por parte da Câmara Municipal. Em relação aos wc's públicos, em breve, se terá um wc público, a sul, no parque de estacionamento do Porto, que se está em avaliação de wc's públicos em áreas de muita concentração de pessoas, fez referência ao Sítio, Farol, Largo da Fonte Velha e outros, e que estão a pensar nas soluções alternativas, mais baratas, mas igualmente eficazes. Que, aqui em baixo, na Nazaré, se vai ter de fazer um investimento relevante, os wc's existem, mas têm de ser adaptadas, e que com o Financiamento Comunitário permitirá fazer uma candidatura para essa situação, continuando a investir e a melhorar, o que tem sido uma prioridade. -----

No FAM, os relatórios são públicos, vêm a Reunião de Câmara, existe um conjunto de Associações Desportivas e Culturais, que estão já apoiadas, que se teve de rever o Regulamento do Fundo de Emergência de forma a que as IPSS ou equiparadas pudessem aceder ao Regulamento, porque na altura em que for feito, a situação não se colocou, e quando foi colocado na candidatura por uma das Associações, foi preciso rever o mesmo dando a possibilidade de se candidatarem. Em relação às Empresas, o Regulamento não se destina a elas, mas que têm sido apoiadas pelo Município, nomeadamente no que é um conjunto de custos fixos que têm e que se tem descido, para que se possam fortificar. No que diz respeito às famílias, não têm aparecido candidaturas por muito esforço da Ação Social e por muita comunicação que se faça elas não têm aparecido, mas que o dinheiro está lá disponível para elas. No que diz respeito ao Centro de Testagem, disse que, continua a funcionar, que não teve custos associados, em que basicamente, só em relação à sinalética, às lonas, em que se solicitou autorização à Confraria para se poder usar a Bonarte. Que, foram comprados dois computadores para dar apoio que depois ficarão ao serviço do Município. Em relação à contratação de pessoal, foi feita a uma enfermeira, que tem vindo a fazer testes aos funcionários do Município, em que pareceu ser a solução mais barata, feita por valor

global até ao final do ano, e que vai faturando à medida do número de testes que faz. Que, em janeiro e fevereiro, houve um reforço de testes e passou a ser semanal e que foram faturados pelos dois meses dois mil, novecentos e setenta e cinco euros. Parados os testes, não se pagou nada. Foi feita uma contratação em valor global, que será depois não paga no valor global, a menos que sejam feitos o número de testes equivalentes ao global. -----

- Solicitou a palavra, **a Senhora Deputada, Telma Ferreira**, que agradeceu o esclarecimento do Senhor Presidente, mas quis deixar a nota, que o BE tinha razão, quando disse, que a complexidade, do Regulamento e a exigência toda, que para se aceder a um apoio municipal, não seria acessível, às famílias que mais precisam, o que vem mostrar porque as famílias não conseguem preencher uma candidatura e não conseguem aceder aos apoios desse fundo. -----

- Usou da palavra, **o Senhor Presidente da Câmara** para responder: que se tem de perceber, em relação aos processos de apoio que existe uma moldura legal que se tem de seguir, em que a complexidade, de tantos processos, em que alguns dos quais não são a nível de apoios da responsabilidade, do Município, mas que são descomplexados para poderem ter acessos aos apoios. Que, a conclusão tirada, não é razoável, que não concorrem por ser complexo. Que, as pessoas que têm aparecido e que têm pedido ajuda, têm tido todo o apoio por parte da Ação Social e dos funcionários do Município, se assim, precisarem. -----

- Usou da palavra, **a Senhora Deputada Sara Vidal**, que agradeceu o esclarecimento prestados e solicitou o relatório que foi referenciado e o seu envio à Assembleia e aproveitou para perguntar, nesta data, qual a situação da casa da Câmara, da passagem do Tribunal para a casa da Câmara?

- Usou, da palavra, **a Senhora Deputada Telma Ferreira**, que afirma o que o Presidente afirmou, que a Câmara Municipal tem de se reger por um Regulamento, que não pode organizar um Fundo sem cumprir requisitos legais, mas que, Fundos de Emergência existiram em muitos Municípios, e que houveram diferenças, pequenos pormenores, que têm a ver com a exigência de documentação, a maior ou a menor quantidade de burocracia que é exigida. Que, existem Municípios, em que essa



responsabilidade de gerir os Fundos de Emergência tinha passado para as Juntas de Freguesia, em que faziam essa transferência direta para os agregados que tivessem dificuldades. Que, uma família, que tenha dificuldades, que tenha de ter disponibilidade para preencher todos os requisitos de uma candidatura, pensa que será muito complicado. Que, não tem provas, mas que é uma evidência, que há falta de recursos para essa família e que essas famílias existem na Nazaré, carenciadas em que o dinheiro está parado. -----

- Usou, da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, para responder: que, o preenchimento de todas estas burocracias, em que não existem mais ou menos exigências – existe exigência legal, e que os Técnicos do Município fazem em que dão apoio às pessoas. -----

- Usou da palavra, a Senhora Vereadora Regina Matos, que disse, se tem de diferenciar se estamos perante uma situação emergente, em que se tinha um Fundo para esse efeito imediato, o que se está a falar, tem subjacente uma questão de pandemia ou outra calamidade que se avizinha, que não se está a falar de carências. Que, se está a falar de famílias em que no seu agregado tenha dificuldades que advenham da pandemia. Que, em relação à questão levantada, muita da documentação é obtida por meios informáticos, e que nenhuma família, em que se esteja a acompanhar ou que venha de novo, veio pedir algo, no âmbito deste Fundo, relativamente à questão da pandemia., mas que continuam disponíveis. Que, carências existem, e que se continuam a dar resposta às mesmas, a articular com a rede, com as IPSS, encaminhamento de formação/emprego. -----

- Usou, da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, para esclarecer, que a Câmara Municipal passa muitas competências para as Juntas de Freguesia, mas que não pode passar tudo, porque se calhar lhes estaríamos a dificultar a vida nessa matéria. -----

- Sobre a casa da Câmara, disse que, existem novidades recentes, que se tem um entrave muito grande, por alguém que tem criado dificuldades a esta situação, que pretendem manter o Tribunal,

que estão a subtrair e/ou a fazer descer um conjunto de custos no Estado Central no que diz respeito ao aluguer de infraestruturas para os Tribunais e que tem vindo a complicar desde o início. Essa pessoa, não envia protocolos e quando os envia não o faz com o que foi combinado com o IGFEJ – Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça. Que se está numa fase complicada de Licenciamento Urbanístico, com exigências para um edifício que não é novo e que na perspectiva da Câmara não são aceitáveis, mas que estão a cumprir com elas, nomeadamente aos projetistas que façam essa adaptação. Que se tem a perspectiva, que o projeto do Tribunal da Nazaré vai sair mais caro, o que implicará uma nova aprovação do Conselho Diretivo do IGFEJ de um montante adicional, que obriga a que o Ministro das Finanças aprove/autorize o adicional da despesa, o que obriga a que o Governo tome posse. Assim que tudo estiver encaminhado, que estão prontos para iniciar a obra. Que, a Câmara não tem culpa desta situação, que é um processo meramente administrativo e não político. -----

Apreciação

Tomado conhecimento

2. CERTIDÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS – AVENIDA VIEIRA GUIMARÃES – NAZARÉ – Apreciação e votação

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

DECLARAÇÃO VOTO CDU – PONTO 2

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota a Favor, neste ponto 2 da ordem de trabalhos, mas deixa esta declaração para constar em ata, nos seguintes termos:

Considerando que os nossos conhecimentos técnicos para analisar o assunto deste processo de obra particular aqui apresentado, não são suficientes para formar uma opinião profissional abalizada e capaz; -----



Considerando, ainda, que da leitura feita a este procedimento, reconhecemos constarem as informações profissionais consagradas nos documentos pelos técnicos especializados da autarquia, mas não só;

Considerando, também, que os referidos documentos foram aceites pelos diretores de serviços, ou chefes de divisão, que os aceitam como bons e os propuseram para poderem ser enviados ao executivo municipal para deliberação, e nesse caso também à Assembleia Municipal;

Considerando, por fim, que os eleitos pela CDU neste órgão, aceitam de boa-fé os documentos referentes a este tipo de procedimentos, porque lhes foram enviados por despacho do Sr. Presidente da Câmara e por deliberação desta, e também foram aceites na integração da ordem de trabalhos pela Mesa da Assembleia Municipal, que entendeu agendar o assunto para a presente sessão da assembleia municipal. -----

Então, foi com base nos considerandos acima elencados, que votámos favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos”. -----

3. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO AGLOMERADO URBANO DE VALADO DOS FRADES – *Apreciação e votação Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----*

4. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO AGLOMERADO URBANO DE FAMALICÃO – *Apreciação e votação Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----*

5. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO AGLOMERADO URBANO DE FANHAIS – *Apreciação e votação Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----*

Os pontos 3/4/5 foram por unanimidade, em reunião da Comissão Permanente, concordar serem discutidos em conjunto.

A Senhora Deputada Tânia Gandaio, perguntou porque não havia uma proposta de atualização da Área de Reabilitação Urbana do Aglomerado Urbano, em relação à Nazaré? O Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra para responder: que, do ponto de vista daquilo que é a definição do acesso a Fundos Comunitários na lógica da requalificação urbana, a Comissão Europeia determinou que no caso do Concelho da Nazaré apenas a Nazaré (Praia/Sítio e Pederneira), teria a possibilidade de ter acesso, a estes benefícios fiscais e à possibilidade de financiamento Comunitário Europeu a privados da requalificação das casas existentes nessas áreas urbanas. Que, os processos de Fanhais, Valado Frades e Famalicão, são processos de vontade política, apesar de não terem a componente financeira, determinou a Direção Política – Executivo Camarário – que se deveria ter também esses benefícios disponíveis para os três aglomerados urbanos. -----

- Usou da palavra, a Senhora Arquiteta Teresa Quinto, para complementar o que o Senhor Presidente disse: que tem a ver com as Oru – Operação de Reabilitação Urbana, que são planos estratégicos, e nesta sequência não há lugar a Fundos Comunitários, e as áreas de limitação de reabilitação urbana permitem usufruir de benefícios fiscais e de devolução de taxas, embora se tenha verificado na atualização dos três documentos, que a dinâmica urbanística é muito baixa.

- Usou da palavra, a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para dizer que seria pertinente, haver sessões de esclarecimento nas Juntas de Freguesia, de forma a que as pessoas tivessem acesso a esses benefícios e que depois pudessem usufruir deles. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, para dizer que o processo tem quatro anos, foi largamente promovido por parte do Município, e que antes desta aprovação, que é essencial, já se tinha a Junta de Famalicão a solicitar folhetos, que estão feitos desde a primeira vez que se fez a aprovação, e que se tem de perceber que estes processos de licenciamento passam pela Câmara, e que todo e qualquer promotor ou técnico que represente o promotor, quando se dirige à Câmara e se o edifício estiver em Oru, se não souber, leva o folheto e depois só tem de concorrer.



6. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS – ELEITOS LOCAIS –

Apreciação e votação. -----

Usou da palavra, o Senhor Deputado António Absalão, e disse que tinha ido a reunião de Câmara os seguros para os eleitos, mas que pensa que tinha sido só deliberado fazer os seguros para o executivo? O Senhor Presidente da Câmara, questionou a Dra. Helena Pola sobre esta dúvida do Senhor Deputado e esta afirmou que sim. -----

Usou da palavra, a Chefe de Divisão, Dra. Helena Pola para prestar esclarecimentos: o que o Senhor António Absalão disse, está correto, e por essa razão é que este assunto vem à Assembleia, ou seja, o que a lei prevê, é que a autorização para a contratação deste tipo de seguros, é que seja dado por cada órgão. A Câmara já deliberou para os membros do executivo, e que se está a tratar do processo administrativo, junto à Associação Nacional de Municípios, e que agora vem o assunto à Assembleia Municipal, que se houver aprovação agora, dos valores mínimos que têm de ser contratados, serão também contratualizados para os membros da Assembleia Municipal, a Câmara não tem competência para autorizar a contratação para os membros da Assembleia, e que é o que está em causa, em discussão. -----

Usou da palavra, o Senhor Deputado António Absalão, que disse que, sendo assim, o despacho do Senhor Presidente está errado, uma vez que a Assembleia é deliberativa e não executiva. -----

Usou da palavra, a Dra. Helena Pola, para prestar esclarecimentos: que a deliberação que foi exarada contempla a proposta que foi feita e que foi aprovada em reunião de Câmara. Que, com todo o expediente que vem à Assembleia e com a explicação/ informação, crê que não existem dúvidas, pois o que está em causa em apreciação e votação. -----

Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão, que diz que lhe parece que o despacho está errado, e que têm um entendimento diferente, porque o mesmo, envia para a Assembleia Municipal,

este assunto em concreto, assunto que foi à reunião de Câmara, porque senão o Senhor Presidente teria escrito “Á Assembleia Municipal para aprovação do próprio seguro”. -----

*Usou da palavra, o **Senhor Presidente da Câmara**, interveio para dizer que, quando ele ou quem o substituiu, quando não está na reunião de Câmara, aquilo que faz previamente é solicitar aos serviços uma proposta de deliberação, mas que ainda assim, não pode dizer que naturalmente as aceita como verdades absolutas e coloca no despacho, que é feito pela sua mão, aquilo que concorda nas propostas de deliberação e que nada tem para dizer sobre a incorreção do despacho, até porque vem de uma pessoa capaz e que tem demonstrado ao longo dos anos, isso mesmo ao serviço do Município. -----*

*Usou da palavra, a **Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que coloca uma dúvida sobre a contratação através da empresa que é referida, se é obrigatório ser através dessa empresa, se podem ser solicitados outros orçamentos? -----*

*- Usou da palavra, a **Dra. Helena Pola**, que disse que, no último mandato existiu /foram efetuados vários pedidos de orçamento, procedimento feito às companhias de seguro que têm representação local, e foi contratualizado com o orçamento que era o mais baixo e que previa todos as coberturas obrigatórias por Lei. O que aconteceu, agora, com as novas eleições/processo eleitoral foi que se recebeu uma comunicação da Associação Nacional de Municípios, coisa que, há quatro anos, não se recebeu. Que, esta comunicação transmitia que eles, ANM, tinham efetuado uma pesquisa e encontraram nesta tranquilidade uma proposta mais vantajosa que expunham a todos os Municípios e não só, também às Autarquias em Geral, quer à Câmara, quer aos membros da Câmara, quer às Juntas de Freguesia, que também podem usufruir, essa contratação., tendo-se verificado, que de facto o seguro é quase metade, relativamente ao preço da apólice que foi paga, e que não foi questionado o trabalho que a ANM fez, o que interessa é ter um seguro que “cubra” vossas excelências de qualquer risco que possam vir a ter no decurso das funções; que se vai gastar menos dinheiro com a apólice, e que nos pareceu que o procedimento estava todo correto, e*



que já não foi efetuado para este mandato essa pesquisa. Que, por norma, todos os restantes seguros, são feitos localmente. -----

Usou da palavra o **Senhor Deputado António Absalão**, e disse ao Senhor Presidente de Câmara, que em momento algum, foi posto em causa a informação da técnica nem o que foi deliberado. A questão prendeu-se com as dúvidas suscitadas com a maneira como foi feito.

O **Senhor Presidente da Assembleia**, disse ao Senhor deputado António Absalão que não viam necessidade de alterar o despacho como foi sugerido. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

7. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL – 2022 – CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ

- *Apreciação e votação.* -----

Deliberado, por maioria aprovar, com uma abstenção do Bloco de Esquerda.

8. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO ORGÂNICO E FUNCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ E SEU ORGANOGRAMA – Apreciação e votação

Deliberado, por maioria aprovar, com dezasseis votos a favor dos eleitos do Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária e oito abstenções, do Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda. -----

9. RLCTMN – INSTALAÇÕES DESPORTIVAS (ISENÇÕES) – AGENTES DESPORTIVOS DE ALTO RENDIMENTO E REPRESENTANTES DAS SELEÇÕES NACIONAIS – Apreciação e votação. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

10. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ANEXOS III E IV DO REGULAMENTO GESTÃO DA PRAIA DO CONCELHO DA NAZARÉ – Apreciação e votação

Usou da palavra, o **Senhor Deputado António Absalão**, que disse que estava novamente com uma dúvida jurídica, em relação à alteração que foi à reunião de Câmara, no seu entendimento, foi

substancialmente alterada depois, por um despacho de carácter urgente; que, o que os senhores Vereadores votaram em Reunião de Câmara, não tem nada a ver com aquilo que está a ser apresentado aqui – que gostaria de saber, e solicitando a ajuda da Dra. Helena, se isto realmente pode ser assim, porque substancialmente o concurso foi alterado, ou alterado o número de apoios mínimos, os critérios de adjudicação o que me suscita muitas dúvidas, ou melhor, muitas certezas.

Usou da palavra, a Senhora **Dra. Helena Pola**, que diz que a questão pode ter contornos jurídicos que passou a explicar, mas tem origem em questões de ordem técnica – não houve alteração dos critérios de adjudicação, estes mantêm-se sem alteração, naquilo que dita as regras do concurso; que o que houve foi, a retirada no concurso do apoio balnear. em que apenas estava o apoio balnear e um apoio complementar; depois tinha-se outro concurso, para doze apoios de praia mínimos, em que a alteração foi retirar quatro apoios de praia mínimos do concurso respetivo, em que em vez de doze, irão a concurso oito, e esses quatro passam a constar no concurso do apoio balnear, que são aditados ao concurso de apoio balnear que passará a ser apoio balnear, quatro apoios de praia mínimos e um apoio complementar. Que, de resto, conforme foi feito o processo nos últimos dois anos. As razões técnicas, o Senhor Vereador Orlando explicará, mas o que aconteceu foi que, quando os técnicos souberam dessa necessidade de alteração, o executivo já tinha reunido, já tinha deliberado e já tinham sido distribuídos aos membros da Assembleia os documentos que serviam de base à análise deste ponto, mas ainda se está no prazo legal de distribuir os documentos que fazem parte da ordem de trabalhos e da convocatória, atempadamente e nos prazos legais, que, como se sabe, os documentos, por Lei, e que ainda que efetivamente seja de todo o interesse, que quanto mais cedo forem distribuídos melhor, e que os serviços técnicos tentam fornecer os mesmos, o mais cedo possível, mas que por Lei, podem ter acesso aos documentos dois dias úteis antes do dia da Assembleia, e esse prazo estava a ser cumprido. Que, não tinham tempo para marcar uma reunião de Câmara Extraordinária e que foi o recurso à Lei que tinham – artigo 35º da Lei 75/2013, que permite que o Senhor Presidente da



Câmara se substitua à Câmara com despacho de carácter de urgência, e que juridicamente essa decisão do Senhor Presidente, devidamente fundamentada, é uma substituição ao poder da Câmara. Que, o assunto já está agendado e será sujeito a ratificação na reunião de Câmara do dia 28.02.2022 – que o que foi feito, foi uma substituição do Senhor Presidente aos poderes da Câmara, como o faz em outras situações, sendo que é a Câmara que tem o poder de deliberar, mas que não há tempo para que a mesma exerça esse poder, e o Senhor Presidente, em substituição, nos termos do artigo 35º faz um despacho com carácter de urgência. Que, existiu mais uma alteração, que foi uma deslocalização de um apoio de praia mínimo – n.º 9 – Que passa para o lado, e que consta na parte da planta do plano de praia, o tal anexo IV que consta. Que, se não houvesse essa deslocalização, o plano de praia nem precisava de vir à Assembleia. O que os serviços técnicos tentaram fazer, para não restar dúvidas, foi entregar os documentos de forma a que fosse perfeitamente perceptível as alterações que estavam a ser feitas, e que, além do documento de consolidação final do texto, foi enviado um documento onde estava sublinhado à amarelo as alterações relativamente aos documentos que foram distribuídos.-----

- Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues que prestou esclarecimentos: que para se cumprir os prazos, em que alguns são complexos, se correria o risco se ter de fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária só para este ponto, mas que acharam que não haveria essa necessidade, porque ainda se iria a tempo de fazer esta alteração. Que, os documentos que foram entregues a todos os Vereadores e o documento que aqui estão a apreciar, existem ligeiras diferenças, como por exemplo, os apoios de praia completos e o apoio complementar têm demarcações/linhas que vão em encaminhamento do mar, que delimitam o que é a jurisdição de cada uma dessas áreas, e essas linhas, não estavam no primeiro documento, o que levou, a que os técnicos tomassem a decisão de autonomizar, porque não haveria forma de justificar o porquê daqueles apoios mínimos estarem incorporados dentro do apoio balnear e os outros não estarem.

Que, se tomou esta decisão, mas quando se percebe que existem essas linhas, teve de se clarificar a que correspondiam – se era ao apoio complementar “ao chamado muro da vergonha” ou sobre o apolo balnear ou de outra coisa qualquer, tentar perceber quais eram as dinâmicas. Que, falaram com várias entidades e tomaram a decisão, tendo como base, o que foram ouvindo, de que aquelas linhas, são referentes ao apoio complementar, que está incorporado com o apoio balnear um e dois. Que esta alteração é exatamente igual à que se fez à dois anos atrás, em que houve uma reversão para o ponto de origem, existindo duas alterações que tinham de ser feitas. -----

- Usou da palavra, o Senhor Deputado António Absalão, sugerindo a retirada do ponto, porque não era o entendimento do PSD a forma como estava a ser feito. -----

- Usou da palavra, a Dra. Helena Pola, que prestou os seguintes esclarecimentos: que a abertura do concurso ainda não tinha sido deliberada, nem que compete à Câmara aprovar as condições do concurso, por isso está na Assembleia, que a Lei diz que, compete à Assembleia Municipal fixar as condições d um concurso de concessão, os termos e as peças do procedimento podiam não ter vindo aqui, não tinham de estar aqui, mas que por hábito veem sempre, porque se quer que os processos os mais transparentes possíveis. Se houver aprovação das condições que estão subjacentes à concessão, aí o processo regressa à Câmara e esta aprova a abertura do concurso, que o despacho com carácter de urgência do Senhor Presidente já está agendado para ratificação em reunião de Câmara do dia 28, mas não a abertura de concurso. Que esta depende da aprovação da Assembleia. Se a Assembleia aprovar as condições que estão subjacentes aos processos, far-se-á a informação onde as peças do procedimento vão estar consolidadas e serão presentes à Câmara Municipal, para deliberar a abertura do concurso, porque já tem autorização da Assembleia. Que a Câmara se deliberar abrir o concurso, vai fazê-lo com as peças totalmente revistas. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que disse, o que é importante 'que se defina os papeis e que os assuntos já que foram iguais aos do ano passado não estejam a fazer e a



desfazer porque os vereadores também têm de ter a segurança dos assuntos, que estes devem ter mais rigor, e que pretendem a retirada do assunto. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente para dizer que o rigor existe, o procedimento foi explicado e que o executivo camarário pretende que o ponto seja votado. -----

Aprovado por maioria a não retirada do ponto. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com dezasseis votos a favor dos eleitos do Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do Bloco de Esquerda e sete votos contra do Partido Social Democrata. -----

11. CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE TÍTULO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE DOIS APOIOS BALNEARES E UM APOIO COMPLEMENTAR NA PRAIA DA NAZARÉ – *Apreciação e votação. -----*

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão para dizer que este concurso não salvaguarda os interesses dos Municípios da Nazaré, nem salvaguarda a imagem com as barracas da praia, porque as características das barracas não estão aqui salvaguardadas., e questiona o porquê de não o terem feito?-----

- Usou da palavra o Vereador Orlando Rodrigues, que disse que, em relação à questão dos toldos, que estão a falar de uma concessão, com tipologia definida, que independentemente de quem ganhe o concurso não vai alterar o modelo. Que, já referiu em sede de reunião de Câmara, que o concurso tem a validade de cinco anos e que sofrerá alterações nos planos de praia. Que, os critérios estão definidos no concurso exatamente aos que existiam há um ano atrás, em que a única coisa que foi alterada foi que se tem um prazo de cinco anos e que a APA não concorda com esta metodologia, que diz que tem de ser a título anual, mas que mantém os cinco anos.

- Usou da palavra **o Senhor Deputado António Absalão**, para dizer ao Senhor Presidente, que não disse nada de grave, que as características das barracas da praia da Nazaré não estão Usou da palavra **a Dra. Helena Pola**, que prestou um esclarecimento: no âmbito da adjudicação, primeiro vem o currículo, porque quem tem mais experiência será mais valorado, e que o segundo critério é a avaliação dos apoios de praia, a sua integração paisagística, o nível de adaptação há realidade, quer isto dizer que a primeira avaliação será feita pelo júri, mas que depois a segunda e a que vai prevalecer é a da Câmara Municipal, em que as propostas serão determinadas em função da melhor solução. -----

- Usou da palavra, **o Senhor Deputado António Absalão**, para dizer ao Presidente que nunca falou da legalidade do concurso nem para quem seria a adjudicação, mas o que disse foi, que acha que o concurso não defende as características da praia da Nazaré. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com dezasseis votos a favor dos eleitos do Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do Bloco de Esquerda e sete votos contra do Partido Social Democrata. -----

12. CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO - APOIOS RECREATIVOS – Apreciação e votação. -----

- Usou da palavra **o Senhor Deputado António Absalão**, para perguntar em relação aos metros quadrados, quem vai fiscalizar e quais as penalizações para quem ficar com os apoios?

- Usou da palavra **o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, que relativamente ao número de metros quadrados que tinham um limite máximo de 80 metros, no global, que sendo um constrangimento vão tentar reverter. Que, em relação à fiscalização, será da polícia marítima, e em algumas situações poderá ser a fiscalização municipal. Que, as áreas serão vistoriadas durante a época balnear. -----



Deliberado, por maioria aprovar, com uma abstenção do Bloco de Esquerda e vinte e três votos a favor das restantes Forças Políticas. -----

Sendo vinte e quatro horas, a Assembleia deliberou, por unanimidade, pela continuidade da sessão.

13. CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO MARÍTIMO - APOIOS DE PRAIA MÍNIMOS –

Apreciação e votação. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão para reiterar que mais uma vez houve uma alteração por isso não votaram a favor. -----

Deliberado, por maioria, aprovar, com dezasseis votos a favor dos eleitos do Partido Socialista e Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do Bloco de Esquerda e sete votos contra do Partido Social Democrata. -----

14. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ DE 2022 – *Apreciação e votação. -----*

Deliberado, por maioria, aprovar com uma abstenção do Bloco de Esquerda e vinte e três votos a favor das restantes Forças Políticas. -----

15. REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DE CEDÊNCIA DE VEÍCULOS DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ – *Apreciação e votação. -----*

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, para dizer que, achava pertinente que fosse esclarecido nesta sessão, a alteração da norma dos Transportes, no que diz respeito à sua revogação. -----

- Usou da palavra, **o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, para esclarecer, que no ano passado houve uma alteração ao estatuto do operador interno nos Serviços Municipalizados e no que diz respeito aos transportes, em que se têm de apresentar rácios financeiros, daquilo que é a sua atividade – modelo empresarial. – Em que teria que cumprir determinados requisitos, nomeadamente a relação laboral com as várias entidades. Que, a Câmara é que determina a atribuição à entidade que solicitou o pedido de transporte. -----

- Usou da palavra, **o Senhor Deputado António Absalão**, para fazer uma questão, de ordem jurídica – que existe um lapso onde se diz que devem ser remetidos para a Assembleia Municipal a revogação do regulamento e a aprovação das normas explanadas no Anexo I. Em reunião de Câmara foi deliberado a revogação do Regulamento de cedência de veículos e não deliberou a aprovação das normas. Questiona, se poderiam votar assim o ponto. -----

- Usou da palavra, a **Dra. Helena Pola**, que disse que efetivamente a deliberação expressa na reunião de Câmara não menciona a aprovação das normas, não estando a deliberação completa.

- Usou da palavra, **o Senhor António Absalão**, que solicitou que o ponto fosse retirado. -----
Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto. -----

16. **RECOMENDAÇÃO – MODELO DE MOBILIDADE NO OESTE** – Apreciação e votação
Este assunto foi tratado no início do Período da Ordem do Dia, com a intervenção ‘online’ do Dr. Paulo Simões. Primeiro Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

Deliberado, por maioria, aprovar, com treze votos a favor do Partido Socialista e Bloco de Esquerda, sete votos contra do Partido Social Democrata e quatro abstenções dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO PSD – PONTO 16

O grupo do PSD na Assembleia Municipal vem apresentar declaração de voto contra, no ponto 16, "Proposta de Recomendação Modelo de Mobilidade no Oeste" apresentado nesta Assembleia de 25 de fevereiro de 2022, sendo que o fazem devido ao seguinte:



A Bancada do PSD após análise dos elementos apresentados na Proposta de Recomendação — Modelo Mobilidade, bem como dos esclarecimentos dados pelo Presidente da Câmara Municipal da Nazaré e do Sr. Paulo Simões 1º Secretário executivo da CIM Oeste, considera que o que se pretende com esta votação não é mais do que o passar de um cheque em branco, para recomendações de criações de empresas intermunicipais, sem que sejam definidos claramente qualquer modelo de gestão que acautele o nosso município da perda de ativos intangíveis e da assunção de dívidas das empresas de transporte que aqui se pretendem adquirir neste negócio.

Na verdade, as nossas dúvidas quanto ao modelo apresentado como sendo, o "suposto" mais vantajoso, ou seja, o "Cenário 3.2.B - A aquisição de uma participação maioritária de uma empresa em operação no território", não é claro relativamente aos seus custos a curto, médio e longo prazo para o Município da Nazaré;

Não foi esclarecido qual será o modelo de Gestão desta Empresa;

Não são apresentados quais os ganhos para o Município da Nazaré, quer em número de rotas;

Não foi esclarecido qual o benefício financeiro para o Município da Nazaré face ao existente atualmente.

O estudo apresentado tem como base, dados pré-pandemia, que não têm em consideração a alteração de hábitos como o do teletrabalho, bem como do aumento galopante que temos assistido nos combustíveis.

Também nesse estudo não foram apresentadas evidências dos operadores quanto à disponibilidade para a cedência das suas participações e quanto à aceitação do valor apresentado 6 milhões de euro;

E principalmente não ficou esclarecido, no nosso humilde entender, como é que o Município da Nazaré será salvaguardado de eventuais passivos nessa empresa que se pretende criar;

Face ao exposto não podemos votar favoravelmente dado que o projeto apresentado é demasiado complexo e necessita da clarificação de todos estes pontos bem como, não é da responsabilidade da Assembleia Municipal a sua concretização para o negócio aqui apresentado, e muito embora não rejeitarmos a hipótese que possa trazer benefícios aos nossos Municípios, não os conseguimos apurar claramente, porquanto a bancada do PSD decidiu pelo voto contra.

DECLARAÇÃO VOTO CDU – PONTO 16

“O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vota pela Abstenção, neste ponto 16 da ordem de trabalhos, pelo seguinte:

Ainda que .a CDU tenha votado favoravelmente esta matéria na passada reunião de câmara de dia 14 de Fevereiro, por entender que, à data, e na posse da informação disponibilizada, — registe-se que o vereador da CDU na CMN não recebeu o convite para a sessão pública que visava esclarecer todos os interessados sobre o assunto —, pareceu-nos que a bondade e pertinência da proposta parecia não oferecer reservas, apesar de logo na discussão do ponto o vereador da CDU ter colocado questões às quais as respostas dadas não foram devidamente esclarecedoras.

Acontece que após uma reflexão mais alargada e profunda sobre o tema, pois houve tempo para isso, as nossas reservas aprofundaram-se, e até ao início do processo de instalação desta empresa multimunicipal é necessário assegurar garantias em diversos domínios para que da nossa parte mereçam a aprovação final para avançar com os objectivos traçados pela CIM-OESTE e pelos municípios que a integram.

Para nós, que conhecemos profundamente as debilidades e desigualdades promovidas por uma mobilidade com problemas estruturais onde faltam respostas de diversa ordem em toda esta vasta região, é muito claro que algo terá que mudar profundamente a este nível e com carácter verdadeiramente público. Assim:



- a) A CDU admitirá este tipo de solução se ele servir para melhorar de facto o transporte público na região Oeste. Contudo consideramos que a solução ideal é a constituição de uma empresa de capitais 100% públicos, coisa que dada a implantação das actuais operadoras privadas (que têm actualmente uma contratualização de compensação) e tendo em conta a correlação de forças nas autarquias da região Oeste esta solução afigura-se naturalmente impossível;
- b) Para a CDU a questão da gestão ser pública é fundamental, ficando agora por saber como se fará a repartição quer dos lucros quer dos prejuízos, ou seja, é necessário saber no caso de prejuízos se as empresas privadas que ficam com capital nesta nova empresa não vão depois reclamar mais dinheiro às autarquias ou ao Estado em nome da compensação desses prejuízos.
- c) A empresa é constituída a partir da compra de mais de metade de duas operadoras (Rodoviária do Oeste e Rodoviária do Tejo), não é claro o que acontece a outros operadores privados que operam na região, nomeadamente na zona norte do distrito de leiria, e o que acontecerá aos seus trabalhadores, uma vez que uma empresa da dimensão da que será alada esmagará outros pequenos operadores. Esta questão não é centrada no interesse dos accionistas mas sim dos trabalhadores dessas empresas. Na opinião da CDU a operação que vai ser feita deveria incluir todas as operadoras existentes;
- d) A CDU questiona ainda a forma como se procederá à articulação da oferta de transporte público rodoviário, neste novo modelo proposto, com o transporte ferroviário, pois esta solução, que em teoria pode melhorar a oferta do transporte rodoviário, pode contribuir para desvalorizar a importância do transporte ferroviário. Neste sentido deveremos reafirmar a nossa posição de um plano estratégico de mobilidade que tenha como "espinha dorsal" a Linha do Oeste, articulando-se com o transporte rodoviário, de preferência com soluções que concorram para a redução de emissões de gases;

e) Por último, e para a CDU esta é uma questão fundamental, nada é dito sobre o que vai acontecer aos trabalhadores das actuais operadoras envolvidas na operação e aos seus contratos. Vai haver aumento de trabalhadores? Ou pelo contrário redução? Os seus direitos transitam para a nova empresa no processo de estabelecimento?

Há várias questões que nos parece não estarem devidamente esclarecidas.

Logo, o nosso voto pela abstenção, pelos motivos elencados e até termos respostas concretas e fundamentadas às questões colocadas”.

17. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS – DECLARAÇÕES – CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ – Conhecimento

A Assembleia tomou conhecimento. -----

18. LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS - DECLARAÇÕES - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ –

Conhecimento. -----

- Usou da palavra, o **Senhor Deputado António Absalão**: que, na última Assembleia Municipal, veio um ponto com o empréstimo dos Serviços Municipalizados, de trezentos mil euros, e que depois de analisar os anexos que vêm neste ponto, disse que esse empréstimo era desnecessário, porque têm na “rua”, novecentos e oitenta e quatro mil euros. Seria mais fácil ter cobrado esse valor em vez de honrar os Serviços Municipalizados com juros desse mesmo empréstimo. -----

- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para responder: que grande parte da dívida, são valores pendentes de munícipes e que estão a fazer o acompanhamento. -----

- Usou da palavra o **Senhor Deputado António Absalão**, que compreende que não é fácil, cobrar algumas dívidas. -----



- Usou da palavra, **a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que não pode admitir que o Presidente diga, que não houve planos de pagamento, conhecendo bem esse assunto, porque trabalhou nessa área. -----

- Usou da palavra, **o Senhor Deputado Alexandre Isaac**, que colocou uma dúvida: qual a percentagem real, nestas questões sociais, de dívida? Que, parece, descabido, e tendo em conta o contexto do que se está a debater, nomeadamente das populações mais desfavorecidas, que a dívida recai toda, sobre esta situação. Que, seria importante, começar-se a cobrar as dívidas a quem de direito. -----

- Usou da palavra **o Senhor Presidente da Câmara** para responder: que se foi feito o trabalho de planos de pagamento, quando chegaram à Câmara, não encontraram nenhum, mas se é para falar de gestão financeira, acrescenta, que esta tanto tem a parte de receber receita como a de pagar dívida. Que, não falou em baixar rendas, mas sim construir casas, para os 94 agregados familiares identificados na Estratégia local de Habitação e que terão prioridade no acesso a essas casas e que irão ter rendas acessíveis. -----

- Usou da palavra, **a Senhora Vereadora Regina Matos**, que se tem de cumprir integralmente a Lei, que a resposta a famílias carenciadas tem a haver com a renda apoiada – de valor mínimo de treze euros e oitenta e seis cêntimos. Que, não se pode criar um vínculo “ad eterno”, que se tem de ir analisando o empoderamento e a capacitação da família necessitada, para que a mesma saia daquele ciclo de pobreza. Que não ameaçam ninguém com o despejo, que fazem o cumprimento da Lei. -----

- Usou da palavra **o Senhor Deputado António Absalão**, para dizer que é preciso ter sensibilidade para analisar estas situações de cariz social. -----

- Usou da palavra, **a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, acrescenta que muitos dos planos de pagamento eram com funcionários, cujos valores eram retirados dos próprios vencimentos. -----

- Usou da palavra **a Senhora Deputada Telma Ferreira**, para dizer que ficou chocada com algumas observações feitas, e por isso quis saber, se para além dos trâmites legais que foram falados pelo senhor Presidente e pela Senhora Vereadora Regina, das cartas, se já houve alguma situação de despejo. -----

- Usou da palavra **o Senhor Presidente da Câmara** para responder: que sim, que houve um ou dois despejos. **A Senhora Vereadora Regina**, acrescenta que neste momento só houve um único despejo, e que têm quatro situações que estão a ser acompanhadas para fazer o pagamento faseado de forma a poderem pagar a dívida da renda. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

19. ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2022 - NAZARÉ QUALIFICA, E.M., UNIPESSOAL LDA – Conhecimento. -----

- Usou da palavra **o Senhor Deputado António Absalão**, que solicitou alguns esclarecimentos: se o valor da prestação de serviços, são serviços prestados à Câmara? E em relação aos subsídios referentes à Exploração e outros gastos e perdas? -----

- Usou da palavra, **o Senhor Dr. João Graça**, que disse que, relativamente ao valor da prestação, ela engloba não só os contratos programa, mas também os valores dos parques/parquímetros e também algumas prestações de serviços que são realizadas relativamente a eventos. Que, em relação à segunda questão, que em termos de contrato programa que se está a falar de um milhão e cem euros e que todo o restante tem a ver com parques/parquímetros e a “marca Praia do Norte”. Que os subsídios à exploração têm a ver com os subsídios que receberam por parte de Institutos – IPDJ / Turismo de Portugal / Turismo do Oeste, e que encaixam nesta rubrica. Que, outros gastos e perdas têm a ver com provisões com tipo de gastos, em que anos anteriores quando houve algumas regularizações, entraram nesta rubrica. -----



- Usou da palavra a **Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que questiona sobre os parquímetros – a quem estavam adstritos, tendo o Senhor Presidente, que se mantinham na Nazaré Qualifica.

A Assembleia tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR. -----

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo zero horas e cinquenta e quatro minutos do dia seguinte, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----
